

- LXXIV -**AS CONTRADIÇÕES DO PROGRAMA EDUCAÇÃO –
COMPROMISSO DE SÃO PAULO: UMA FORMAÇÃO
PARA O TRABALHO SIMPLES****Eliane da Costa Bruini**Universidade Federal de São Paulo
liabruini@gmail.com**Márcia Aparecida Jacomini**Universidade Federal de São Paulo
jacominimarcia@gmail.com.br**INTRODUÇÃO DO PROBLEMA**

O interesse por este estudo surgiu da nossa experiência nas escolas públicas estaduais de São Paulo, nos anos de 2010 a 2015. Nesse período, efetivaram-se as participações de organizações da sociedade civil nas definições de diretrizes e metas para educação pública, ajustadas às demandas do mercado de trabalho.

Na esteira da mercantilização da educação, observa-se crescente atuação da parceria público-privada em São Paulo na implementação de tecnologias de controle no âmbito educacional. Com efeito, as práticas nas escolas públicas estaduais têm sido direcionadas para a competição e a produtividade.

É nesse contexto que situamos o nosso objeto de estudo, o *Programa Educação – Compromisso de São Paulo*. Instituído em 15 de outubro de 2011, por meio do Decreto nº 57.571 (SÃO PAULO, 2011), e sob a influência direta de organizações da sociedade civil, o conjunto de políticas educacionais do referido programa objetiva reorganizar o ensino público estadual e destacá-lo mundialmente. Dessas ambições, a competição e a eficiência dos processos gerenciais tornam-se os principais meios para o alcance dos resultados.

Dessas investidas, emergem as contradições e os limites dos processos que se mostram incapazes de atender democraticamente o direito elementar à educação e contribuir com a diversidade cultural presente nas escolas públicas estaduais. Consequentemente, as inquietações a respeito dos processos implementados pela parceria público-privada

desdobram-se em duas importantes questões no campo das pesquisas em políticas educacionais: quais são os interesses das organizações da sociedade civil na elaboração de políticas educacionais e quais são os objetivos da aplicação de tecnologias utilizadas na lógica de funcionamento do mercado às formas de gestão educacional do ensino público.

Adotamos como referencial teórico para analisar a participação de setores da sociedade civil, nomeadamente aqueles vinculados ao capital, na elaboração e implantação do Programa Educação – Compromisso de São Paulo, uma compreensão marxiana do funcionamento da sociedade capitalista (MARX, 2011), além do conceito de Estado Integral de Gramsci (2011), tendo em vista compreender como instituições da sociedade civil, no sentido gramsciano, atuam na definição das políticas públicas.

A pesquisa, de caráter qualitativo, adota os estudos documental e bibliográfico como metodologia, tendo em vista o propósito de analisar os interesses das organizações da sociedade civil na elaboração de políticas educacionais e na implementação de tecnologias utilizadas na lógica de funcionamento do mercado às formas de gestão educacional do ensino público.

DESENVOLVIMENTO

O Programa Educação – Compromisso de São Paulo (SÃO PAULO, 2011) integra um conjunto de políticas educacionais que objetiva posicionar a rede estadual de ensino entre as mais avançadas do mundo até 2030 e tornar a carreira do magistério uma das mais desejadas. Com o slogan “Gestão de Resultado com Foco no Desempenho do Aluno”, o programa é alicerçado por cinco pilares: 1. *Gestão de pessoas*; 2. *Gestão pedagógica com foco no aluno*; 3. *Educação integral*; 4. *Gestão organizacional e financeira*; 5. *Mobilização e engajamento da rede e da sociedade em torno do processo de ensino e aprendizagem* (SÃO PAULO, 2011).

Nessa perspectiva, a *Gestão organizacional e financeira*, viabilizada pela reestruturação da Secretaria Estadual de Educação (SEESP) e a criação do Comitê de Políticas Educacionais (CPE), celebra a participação de organizações da sociedade civil vinculadas ao capital na definição de políticas e metas educacionais para a rede estadual paulista (SÃO PAULO, 2011).

Das novas práticas administrativas, a implementação do Programa Ensino Integral (PEI) (SÃO PAULO, 2012) operacionaliza as propostas de gestão e foco no desempenho do aluno do Programa Educação – Compromisso de São Paulo (SÃO PAULO, 2011), que se desdobra em três esferas:

1. *Gestão Escolar*: apoia-se na elaboração de instrumentais (*Plano de Ação, Programa de Ação, Guias de Aprendizagem, Agendas Bimestrais*) e no cumprimento de prioridades, metas, indicadores, prazos, estratégias e responsabilidades para o alcance de resultados;

2. *Gestão de Pessoas*: modifica a jornada do quadro do magistério e cria novas funções/ atribuições aos cargos, sob o risco de cessar a participação no programa caso não sejam atingidas as metas pré-estabelecidas no sistema denominado *Gestão de Desempenho*;

3. *Gestão Pedagógica*: funda dois conceitos centrados no processo de formação de estudantes que estruturam as práticas escolares. São eles: *Projeto de Vida* (plano de futuro acadêmico e profissional para estudantes) e *Protagonismo Juvenil* (estímulo à autogestão do aprendizado). Ambos calçados por metodologias de apoio criadas pelo programa para o alcance de resultados nas avaliações externas e colocação do jovem no mercado de trabalho.

A engrenagem do PEI, implementada em 2012 com adesão de 16 escolas, alcançou 537 escolas no ano de 2018. Nessa expansão, o modelo gerou o programa *Gestão em Foco*, com destaque ao *Método de Melhoria de Resultados (MMR)*, iniciado em 77 escolas no ano de 2016 e expandido para 2229 escolas no ano de 2018, com objetivo de melhorar a aprendizagem de 1 milhão de estudantes do Ensino Fundamental e Médio (SÃO PAULO, 2018).

O *Método de Melhoria de Resultados (MMR)* reflete as bases da corresponsabilidade e da replicabilidade experimentadas no *PEI* para o alcance de resultados. A sistematização de oito etapas consiste, basicamente, em estratégias de correção de fluxo ou eliminação de problemas que impedem que determinada escola alcance a meta desejada no Índice de Desenvolvimento da Educação de São Paulo – IDESP.

CONCLUSÕES

Considerando o que foi estudado até o momento, o mapeamento e a análise dos documentos sobre o *Programa Educação – Compromisso São Paulo* permitem compreendê-lo como uma proposta que visa implementar na escola pública uma concepção de gestão importada do setor privado, isso fica mais evidente com a metodologia e a tecnologia que sustentam o MMR.

Na sequência da pesquisa aprofundaremos o estudo sobre a participação de setores da sociedade civil na elaboração e implementação do Programa, assim como a análise sobre as mudanças que o *Programa Educação – Compromisso de São Paulo* tem trazido para o entendimento da escola pública estadual.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 3 v. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

MARX, K. *O Capital (livro I): crítica da economia política. O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

SÃO PAULO (ESTADO). *Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011*. Reorganiza a Secretaria da Educação e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado, São Paulo, Seção 1, p. 1, 19 jul 2011.

_____. *Decreto nº 57.571, de 2 de dezembro de 2011*. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado, São Paulo, Seção 1, p. 14, 3 dez 2011.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. *A nova estrutura administrativa da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo: por uma gestão de resultado com foco no desempenho do aluno*. São Paulo, 2013.

_____. *Programa gestão em foco é expandido para 2.299 escolas da rede*. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/programa-gestao-em-foco-e-expandido-para-2-299-escolas-da-rede/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

_____. *Governador anuncia programa de ações e convida a sociedade para compromisso pela educação*. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/noticias/governador-anuncia-programa-de-acoes-e-convida-a-sociedade-para-compromisso-pela-educacao/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.